

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

AS REDES SOCIAIS PESSOAIS DE CRIANÇAS EM CENTRO DE  
ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

RITA MARGARIDA DIAS E CASTRO

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica

Coimbra, 2014



As redes sociais pessoais de crianças em centros de acolhimento  
temporário

Rita Margarida Dias e Castro

Dissertação apresentada ao ISMT para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia  
Clínica; Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica  
Orientador: Professor Doutor Henrique Testa Vicente

Coimbra, Novembro de 2014

*“Crescer é ser-se como um rio em que os pais serão as margens; Se elas se tornarem apertadas, transbordará; Se não as tiver pode crescer em todas as direções e, sendo assim, ser tudo é ser coisa nenhuma.” (Sá, 1993)*

## Agradecimentos

Aos meus pais, companheiros de todas as horas, por todo o apoio, ajuda e suporte, sendo os alicerces da minha formação enquanto pessoa, que sempre me ensinaram os valores pelos quais nos devemos reger enquanto membros integrantes da sociedade e por terem investido no meu futuro.

Ao meu irmão, pelo incentivo, preocupação, amizade e companheirismo.

Aos meus avós maternos, pela ajuda, preocupação, disponibilidade, por me reconfortarem ao longo deste processo.

Aos avós paternos, a quem não foi permitido *esperar* por mim.

Ao Professor Doutor Henrique Vicente, pela exigência, disponibilidade, partilha de conhecimentos, que em muito contribuíram para a realização desta investigação.

A todos os meus amigos, por todo o apoio, amizade, paciência e companheirismo, com que me presentearam.

A todos os *meus* meninos que partilharam comigo um pouco das suas histórias.

A todas as pessoas não mencionadas mas que de alguma forma participaram positivamente, ao longo destes anos, contribuindo para a minha formação.

A todos estes e muitos mais, um grande bem-haja.

## Resumo

**Objetivos:** O presente estudo visa contribuir para o conhecimento do processo de institucionalização e do seu impacto no tecido social do indivíduo, através da análise comparativa das redes sociais pessoais de crianças em centro de acolhimento temporário e de crianças que residem com a sua família. Os objectivos específicos incluem: relacionar as características sociodemográficas e as variáveis estruturais e funcionais da rede; caracterizar as redes sociais pessoais das crianças institucionalizadas e não institucionalizadas em termos estruturais e funcionais; realizar análises comparativas entre as redes dos dois grupos mencionados nas suas dimensões estruturais e funcionais.

**Materiais e métodos:** A amostra foi constituída por um total de 75 sujeitos, subdivididos em dois grupos: Grupo 1 – Grupo Institucionalizado (n=27) e Grupo 2 – Grupo Não Institucionalizado (n=48). A seleção dos participantes teve em consideração a faixa etária dos seis anos aos doze anos de idade (inclusive), com uma proporção do sexo feminino superior à do masculino (43=57,3% vs. 32=42,7%), e com a maioria dos sujeitos a frequentar o primeiro ciclo (59=78,7%). Como instrumentos de recolha de dados, foram utilizados o Mapa de Rede Social Pessoal e o Instrumento de Avaliação das Redes Sociais Pessoais (IARSP), adaptados à faixa etária da população-alvo.

**Resultados/Discussão:** Em termos sociodemográficos, verificou-se que as redes femininas apresentam um tamanho superior; o aumento da escolaridade, pais separados/divorciados e famílias com presença de desemprego estão associados a redes mais dispersas. Comparando os dois grupos verificou-se que a proporção da família é maior nas redes das crianças institucionalizadas, mas os técnicos apresentam um papel importante na prestação de apoio emocional e companhia social. As redes do grupo não institucionalizado são maiores, com maior proximidade relacional, mantendo contatos mais frequentes e um nível de apoio percebido mais eficaz. Em termos de metodológicos, este estudo sustenta a aplicabilidade dos dois instrumentos de avaliação ao estudo das redes sociais no espectro etário considerado (6-12 anos).

**Palavras-Chave:** redes sociais pessoais; institucionalização; acolhimento temporário; crianças

## **Abstract**

**Objectives:** This study aims to contribute to the knowledge of the institutionalization process and its impact on the social fabric of the individual, through the comparative analysis of personal social networks of children on institutional care and children residing with their family. The specific goals include: analyzing the relation between sociodemographic characteristics and structural/functional dimensions of social networks; characterizing and comparing the personal social networks of institutionalized and non-institutionalized children in its structural and functional dimensions.

**Materials and Methods:** The sample was composed of 75 individuals, divided into two groups: Group 1 – Institutionalized group (n=27) and Group 2 – Non institutionalized group (n=48). The selection of the participants was based on the age range of the target population (six years to twelve years of age), with a higher proportion of girls (43=57,3%) and most individuals attending elementary school (59=78,7%). The Social Network Map and the Instrument of Personal Social Network Analysis (IARSP), both adapted to the age range, were used for data collection.

**Results/Discussion:** Regarding sociodemographic variables, it was found that female networks are bigger in size; higher levels of education, separated/divorced parents and families with presence of unemployment are associated with more disperse networks. Comparing the two aforementioned groups it was found that the family relations in the network is higher in institutionalized children, but in these cases formal support networks (e.g. psychologists, social workers) have an important role in providing emotional support and social company. The non-institutionalized group networks are larger, with more relational proximity, higher frequency of contacts and a more effective perceived support level. In methodological terms, this study sustains the applicability of the two assessment tools to the study of social networks in the 6 to 12 years age spectrum.

**Keywords:** personal social networks; institutionalization; temporary shelters; children.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
O acolhimento institucional: Caracterização e impacto nas crianças/jovens.....	1
Redes sociais pessoais e institucionalização.....	5
Objetivos.....	9
<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	9
Participantes.....	9
Instrumentos.....	12
Procedimentos.....	14
Análise estatística dos dados.....	14
<b>RESULTADOS</b> .....	15
Redes sociais pessoais e características sociodemográficas.....	15
Redes sociais pessoais e institucionalização.....	18
<b>DISCUSSÃO E CONCLUSÕES</b> .....	21
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	27
<b>ANEXOS</b> .....	31
Anexo 1: Mapa de Rede.....	32
Anexo 2: IARSP (Instrumento de Análise das Redes Sociais Pessoais).....	33
<b>APÊNDICES</b> .....	34
Apêndice 1: Questionário dos dados pessoais das crianças institucionalizadas.....	35
Apêndice 2: Questionário dos dados pessoais das crianças que residem com a família.....	36
Apêndice 3: Consentimento informado.....	37
Apêndice 4: Autorização do responsável legal pelo menor.....	38

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Características das redes sociais pessoais consideradas no presente estudo.....	8
<b>Tabela 2:</b> Características demográficas da amostra .....	11
<b>Tabela 3:</b> Características estruturais das redes sociais pessoais (médias, desvios-padrões e teste U de Mann-Whitney).....	18
<b>Tabela 4:</b> Características funcionais das redes sociais pessoais (médias, desvios-padrões e teste U de Mann-Whitney) .....	20

## INTRODUÇÃO

### **O acolhimento institucional: Caracterização e impacto nas crianças/jovens**

O acolhimento residencial tem uma longa tradição nas sociedades ocidentais, havendo conhecimento da sua existência no Império Romano e Grécia Antiga. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, os cuidados residenciais renasceram de um período de relativa estagnação (Martins, 2004). Em Portugal, a primeira instituição de que há registo, vocacionada para o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas, ficou conhecida como o Hospício dos Enjeitados no século XII. A proteção das crianças abandonadas passa, a partir do século XVI, a ser tutelada pelas autoridades municipais que, para o efeito, dispõem de equipamentos não específicos, como os hospitais, albergues ou similares, ou, em casos mais raros, de outras especialmente criadas (Vilaverde, 2000). Em 1986, o Decreto-Lei nº 2/86 reconhece formalmente o estatuto legal de lares de crianças e jovens, definindo-os como equipamentos vocacionados para o acolhimento de crianças e jovens em condições de vida tão próximas das familiares quanto possível.

A nossa espécie evoluiu de forma que se espera que as crianças sejam cuidadas por um cuidador capaz, garantindo a sua sobrevivência. Nesse sentido, embora o desejável fosse que todas as crianças usufruíssem de ambientes estimulantes e nutrientes, estima-se que haja um número elevado de crianças em todo o mundo que estão expostas a experiências adversas. A família consiste no núcleo primário de proteção, afeto e socialização para as crianças/adolescentes. Como refere Relvas (2004), o papel da família quando as crianças vivem com os seus pais, consiste em auxiliar os membros mais jovens na transição de uma vida dependente para uma vida autónoma, na assunção de papéis adultos em diferentes etapas da sua vida.

A família desempenha um papel importante durante a infância e a adolescência, mas em determinadas ocasiões não consegue providenciar o apoio necessário, acabando por malogar na hora de satisfazer as necessidades básicas da criança. Nestas situações pode haver a necessidade de separar a criança da sua família, constituindo as instituições um dos recursos mais importante nessa altura. Para as crianças as maiores fontes de apoio são a família, a escola e os pares, sustentando o desenvolvimento destas. No entanto, quando ocorre o corte relacional com algum destes campos relacionais, perdem importantes fontes de segurança com quem partilhavam o seu desenvolvimento e com quem estabeleceram uma base de confiança segura e mútua (Sluzki, 1996), contraindo-se a rede social. A chegada à instituição pode ser vivida como uma perda ou rejeição do seio familiar que, por mais disfuncional que

se presente, traduz um sentimento de pertença no mundo interno das crianças (Mota & Matos, 2008).

A inclusão das crianças e jovens nos Centros de Acolhimento Temporário efetua-se ao abrigo da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), e é motivado sempre pelo superior interesse dos menores. Esta lei tem como objetivo proteger as crianças e jovens em perigo, promovendo os seus direitos, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral quando o seu representante legal ponha em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro). Assim sendo, e de acordo com as circunstâncias observadas, os serviços sociais retiram a criança da família e procuram a melhor opção de colocação temporária, tentando que os pais naturais, com o evoluir deste processo, recriem condições para receber o seu descendente. Por vezes, a própria família identifica a falta de cuidados fornecidos pelo (s) progenitor(es), revelando que o acolhimento institucional é uma oportunidade de nutrição e educação superior aquela que era fornecida pelo agregado familiar.

A problemática da institucionalização, na infância e na adolescência, constitui um tema de grande importância social. Crianças criadas em instituições permitem uma melhor compreensão do impacto da negligência na saúde e no desenvolvimento infantil (Bos, Zeanah, Fox, Drury, McLaughlin & Nelson, 2011). Contudo, as instituições também oferecem um ambiente estável que estimula o desenvolvimento de aprendizagens em grupo, com oportunidades de partilhar experiências benéficas para o desenvolvimento de valores sociais, sentimentos de pertença e segurança (Arteaga & Del Valle, 2001). Independentemente da relação custo/benefício implicada, a institucionalização implica sempre um corte com o meio social e a recolocação num novo meio/sistema social. Nesse sentido, afigura-se relevante estudar os efeitos da institucionalização nas redes sociais das crianças/jovens.

Segundo Sluzki (1996), as redes têm um percurso evolutivo ao longo da vida, relacionado com as fases do desenvolvimento individual e familiar. Nas fases mais precoces a rede centra-se nos pais, sendo uma rede mínima ou virtual que se expande significativamente nos primeiros anos de vida. De seguida há uma expansão da vida social para os vizinhos, aparecendo os primeiros amigos. A escola começa e ocorre uma expansão do grupo íntimo e na adolescência aumenta a rede social pessoal, com a integração do grupo de pares. No entanto, podem ocorrer crises, como o divórcio ou a emigração, que vão contrair a rede. Neste padrão evolutivo identificado por Sluzki (1996), há um aumento do tamanho da rede concomitante à transição da infância para a adultez e uma diminuição normativa durante a

velhice. Contudo, a evolução da rede não é contínua, havendo crises ao longo do ciclo vital que levam ao corte relacional e têm implicações no tecido social do indivíduo. Um exemplo deste corte é a institucionalização, onde há um afastamento da criança da sua rede de suporte, o que implica a sua reconstrução posterior.

O processo de institucionalização pode ser acompanhado por sentimentos de perda, abandono e solidão, pois implica o confronto com a realidade da negligência e insensibilidade parental, onde a carência de uma base segura potencia um mecanismo de insegurança emocional que poderá conduzir a trajetórias desenvolvimentais mais desadaptadas. Como refere Mota e Matos (2010), a institucionalização implica para a criança o deslocamento dos seus contextos afetivos estando, diversas vezes, as figuras parentais estritamente ligadas com a idealização do suporte afetivo. Mesmo na presença de cenários de negligência parental, percebe-se que, para as crianças institucionalizadas, o facto de estarem inseridas num seio familiar é, de alguma forma, um fator de organização interna e de proteção. O acolhimento institucional não tem que ser necessariamente pautado por efeitos negativos pois, segundo Holden (2009), há sempre a possibilidade de manter ligações afetivamente duradouras com figuras significativas alternativas, ultrapassando as barreiras de risco, podendo dar respostas pessoais, afetivas e sociais de qualidade, potenciando um desenvolvimento adaptativo, promovendo o desenvolvimento de modelos internos mais positivos.

Segundo Mota e Matos (2010), a perceção das crianças de que os adultos estão dispostos a estabelecer uma relação é extremamente positiva no alcance das metas traçadas, sejam elas de nível académico, social ou emocional, parecendo representar o grupo de pares um excelente cenário de aprendizagem de competências, de resolução de dificuldades, de autocontrolo e de manutenção da proximidade relacional. Por outro lado, a falta de apoio durante o processo de institucionalização pode ter consequências para a criança, sentindo-se esta particularmente isolada e confusa (Oliver, 2010). Os cuidadores das instituições podem potenciar ligações de proximidade e afeto, podendo as crianças vir a alcançar a satisfação em muitas dimensões vinculares, desenvolvendo sentimentos de pertença e cooperação e a interiorização de valores e padrões de conduta. Também as experiências propiciadas pelo grupo de pares e pela vivência em grupo podem ser benéficas para a criança/adolescente. No entanto, em alguns casos, estas vivências podem ser demasiado lábeis, tornando-se de pouca durabilidade e consistência, próprios de uma fase de experimentação e estruturação interna, não se estabelecendo ligações fortes que possam satisfazer o nível de segurança necessário a vinculações positivas e seguras (Mota & Matos, 2010).

A rede social e afetiva criada na instituição pode ter uma profunda influência na saúde e bem-estar da criança, onde a disponibilidade dos adultos (professores, funcionários, amigos) podem resultar numa importante fonte de organização interna dos afetos (Mota, 2008). A relação com a escola assume, também, um papel fundamental na vida destas crianças, pois entram em contato com o mundo exterior, criando novas amizades identificadas como fontes de suporte. A instituição promove, então, um ambiente securizante, criando condições que possibilitam a (re)construção do eu, quer pela reformulação do passado, quer pela construção de projetos futuros (Quintãns, Alberto & Machado, 2010). Uma vez que as crianças são afastadas do seu meio natural, o acesso que lhes é permitido aos serviços comunitários, revela-se como uma possibilidade de abertura ao meio exterior, havendo trocas entre a instituição e a comunidade envolvente (Cepa, 2011). Após a retirada da criança, dá-se uma rutura com o exterior. No entanto, a comunidade pode ganhar nova importância para o desenvolvimento da criança, levando a uma reinserção social, e permitindo a reconstrução da rede social do indivíduo, onde o contato com os outros é estabilizador e organizador. O comprometimento com os adultos da vizinhança e o sentimento de pertença à comunidade envolvente leva as crianças a adotarem um papel social que confere valores e sentimentos de vinculação (Goswami, 2011).

Apesar destes elementos positivos, a institucionalização também pode comportar algumas consequências nefastas para a vida de uma criança. Apesar da diversidade de instituições, existem fatores comuns da vida institucional, tais como o isolamento, a falta de investimento psicológico, estimulação limitada e relação, por vezes, desfavorável entre criança e cuidador (Bos et al., 2011). Crianças pequenas com histórias de acolhimento institucional revelam, em alguns casos, falta de atenção, hiperatividade, dificuldade de regulação das emoções, níveis elevados de ansiedade (Bos et al., 2011). A própria fragmentação que comporta na vida de cada criança, as suas histórias, competências, vulnerabilidades, são aspetos negativos do processo de institucionalização. Acresce a experiência traumatizante e precoce que estas já registaram com as suas famílias de origem, o que permite perceber a desintegração vivenciada, envolvendo consequências ao nível da estruturação da personalidade e organização do comportamento (Martins, 2004). A partir do momento em que a criança é separada do seu meio familiar e social, ocorre uma descontinuidade dos laços afetivos, pois dá-se uma rutura com a rede das relações construídas (Quintãns, Alberto & Machado, 2010). Sabe-se que o processo de institucionalização de qualquer criança ou jovem, independentemente do motivo de acolhimento, pressupõe riscos visíveis. No entanto, deve ser perspectivado como uma oportunidade de ganhos, tanto para as crianças, como para as suas

famílias. Reconhece-se, então, a influência da institucionalização na trajetória de vida das crianças e jovens acolhidos, ora enquanto risco, ora enquanto potencial de desenvolvimento.

### **Redes sociais pessoais e institucionalização**

As pessoas estão inseridas na sociedade por meio de relações que estabelecem durante a sua vida, tanto no âmbito familiar, como na escola ou comunidade, dinamizando a estruturação da sociedade em rede (Tomaél, Alcará & Di Chiara, 2005). Estas relações que o indivíduo estabelece, quando contínuas, duradouras e significativas, configuram a identidade do *self* e da sua personalidade, podendo tornar-se versáteis devido às trajetórias de vida do sujeito, delineando a sua rede social e as suas redes de suporte (Abreu, 2003).

A ideia de rede social permite-nos inscrever o ser humano, não só no contexto familiar, como no quadro mais alargado dos diferentes sistemas sociais (Alarcão & Sousa, 2007), tendo-se observado uma rápida propagação deste conceito sobretudo na década de 90 do século XX. Permite uma exposição do comportamento humano, descrevendo-o e compreendendo a sua complexidade no contexto das suas relações.

As redes sociais são definidas por Sluzki (1996) como um conjunto de pessoas com o qual o sujeito interatua (família, meio ambiente, entre outros), não se limitando apenas à família nuclear ou extensa, incluindo todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito como a família, amigos, relações de trabalho, ou outras. Este nível de estrutura social leva a uma compreensão mais eficaz dos processos de integração psicossocial, de promoção de bem-estar e desenvolvimento da identidade. A construção da rede é um processo coletivo e individual permanente.

Segundo Alarcão e Sousa (2007), as redes sociais são sistemas abertos onde, através de um intercâmbio dinâmico entre os seus membros e membros de outros grupos sociais, se potencializam recursos, criando novas respostas, de forma a satisfazer as necessidades e interesses dos elementos da comunidade. Sendo assim, a forma como as redes sociais estruturam os comportamentos quotidianos e a forma como são mobilizados, caracterizam a integração social da pessoa. Estas acabam por proporcionar uma sensação de unidade com os outros, mesmo que seja indiretamente, incluindo, geralmente, todos os contatos sociais que as pessoas mantêm, bem como as suas propriedades, a densidade, o tamanho e consistência, entre outros (Roda, 1996). As redes sociais proporcionam diversos tipos de apoio. O apoio social é um conceito ambíguo, multidimensional e interativo, que se refere às transações entre as pessoas e aos recursos disponíveis para atender às necessidades do indivíduo. O apoio

social tem a sua origem na experiência do apego, sugerindo que as pessoas que estabeleceram um apego seguro, irão ter um maior apoio social percebido e as pessoas da sua rede irão estar mais disponíveis, quando necessário (Roda, 1996). Tanto o apoio recebido como o percebido são importantes e ambos podem trazer bem-estar à pessoa. Perceber que existe apoio social disponível aumenta o bem-estar psicológico do indivíduo e, segundo Abreu (2008), este apoio está relacionado ao nível da saúde física e mental, pois modera o impacto do *stress* fornecendo estratégias de *coping*, e contribuindo para a promoção do autoconceito. A investigação sobre o apoio social refere que a presença ou a ausência de apoio social afeta diretamente a saúde dos indivíduos, revelando a positiva relação entre o referido apoio e o bem-estar físico e mental (Castro, Campero & Hernández, 1997).

O suporte social refere-se às funções desempenhadas por grupos ou pessoas significativas para um sujeito, caracterizando a sua rede de suporte social, onde cada elemento da rede deve desenvolver competências que lhe permitam procurar eficazmente o suporte de que necessita, mostrando-se capaz de o fornecer quando solicitado, tendo em conta a reciprocidade das relações (Antunes & Fontaine, 2010). Verifica-se que o suporte social fornecido pelas redes de apoio reduz o isolamento e aumenta a satisfação de viver.

Importa referir que há efeitos directos e indirectos do apoio social. Quando este funciona como um moderador de outras forças que influenciam o bem-estar, tal consiste no seu efeito indirecto. Este princípio do efeito indirecto revela que, quando as pessoas estão expostas a agentes stressores, estes tenderão a exercer efeitos negativos principalmente nas pessoas cujo nível de apoio social é baixo. Os efeitos directos do apoio social consistem nas suas consequências evidentes sobre o bem-estar, independentemente do nível de stress (Rodrigues & Madeira, 2009). Segundo Moreira e Melo (2005), o facto de se estar inserido numa rede com disponibilidade de relações não significa que o apoio fornecido seja eficaz, podendo resultar num sentimento de solidão quando se percebe o apoio recebido como pouco efetivo.

Os contextos culturais e subculturais, históricos, políticos, entre outros, em que o ser humano está imerso, sustentam e fazem parte do universo relacional do indivíduo. De acordo com Sluzki (1996) o conceito de rede social foi alvo de numerosos desenvolvimentos e refinamentos por vários autores (embora, por vezes, de forma desordenada), tendo vindo a assumir um papel de elevada importância tanto a nível conceptual, como de intervenção.

A rede social pessoal é a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas e define como diferenciadas da massa anónima da sociedade (Alarcão e Sousa, 2007), sendo por isso ego-centrada. Dela fazem parte todos aqueles que interagem com o

sujeito central, de forma regular, num determinado período espaço-temporal, construindo e reconstruindo a sua identidade com base na interação com os outros. De acordo com Sluzki (1996, p.46):

*Esta red corresponde al nicho interpersonal de la persona, y contribuye substancialmente a su próprio reconocimiento como individuo y a su imagen de sí. Constituye una de las claves centrales de la experiencia individual de identidad, bienestar, competência y protagonismo o autoría, incluyendo los hábitos de cuidado de la salud y la capacidade de adaptación en una crisis.*

Esta rede tem a qualidade de se centrar no indivíduo e no sistema relacional em simultâneo. Esta dupla qualidade decorre do facto da rede social pessoal sempre composta com base na informação dada por um único sujeito (característica individual), e incluir como unidade mínima toda a rede significativa (característica ecossistémica) (Alarcão & Sousa, 2007). É um sistema dinâmico que evolui com o tempo e as circunstâncias, comporta o apoio funcional e emocional, oferecendo-se também como um importante elemento de construção da identidade pessoal, incluindo um número diverso de pessoas que podem, ou não, conhecer-se entre si. É possível distinguir dois tipos de redes: a rede primária, essencialmente de natureza afetiva marcada por laços informais; as redes secundárias que podem ser formais ou informais.

As redes sociais pessoais podem ser caracterizadas com recurso a um conjunto variável de parâmetros que podem ser organizados em duas dimensões (e.g. Litwin, 1995; Vicente, 2010) – estrutural e funcional – embora outros autores salientem um número diferente de categorias de variáveis de rede. A tabela 1 sumariza as variáveis de rede consideradas no presente estudo.

Tabela 1.

*Características das redes sociais pessoais consideradas no presente estudo*

	Variável	Definição
<b>Características Estruturais</b>	Tamanho da rede	Número total de elementos que compõe a rede.
	Densidade	Interconexões existentes entre os membros (as redes podem ser classificadas como fragmentadas, dispersas ou coesas).
	Composição	Repartição que a pessoa focal faz dos seus vínculos pelos diferentes campos relacionais.
	Homogeneidade/heterogeneidade	Semelhanças/diferenças demográficas e socioculturais entre os elementos (no presente estudo, considera-se o número de campos relacionais presentes na rede como medida da sua homogeneidade).
	Frequência de contactos	Periodicidade de contactos com os elementos da rede.
	Dispersão geográfica	Distância que separa o sujeito focal dos elementos que compõem a sua rede
<b>Características Funcionais</b>	Companhia social	Realização de atividades conjuntas.
	Apoio emocional	Ressonância do outro à situação real ou emocional da pessoa focal, traduzida em comportamentos emocionais positivos.
	Apoio informativo	Suporte técnico oferecido, maioritariamente, pelos elementos da rede secundária.
	Apoio instrumental (material)	Tipo de auxílio dado à pessoa focal, que possibilita ajudá-la na realização de tarefas do quotidiano.
	Acesso a novos contactos	Abertura a novas conexões com novas pessoas ou redes que até aí não faziam parte da rede social do sujeito.
	Reciprocidade	Simetria/assimetria das funções assumidas pelos sujeitos envolvidos na interação.

No que se refere aos efeitos da institucionalização nas redes sociais, importa referenciar um estudo de Santos (2012) que comparou redes sociais pessoais de jovens institucionalizados e não institucionalizados, e onde participaram jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, do sexo feminino. Santos (2012) constatou que que as redes do grupo institucionalizado eram maiores que as redes do grupo não institucionalizado. A nível de composição, ambos os grupos apresentavam uma média de dois campos relacionais na rede, não indiciando diferenças a este nível decorrentes da institucionalização. As redes de ambos os grupos eram maioritariamente coesas. Ao nível da dispersão geográfica foram encontradas diferenças, com as jovens institucionalizadas a descreverem uma maior dispersão. Relativamente ao apoio emocional recebido, encontraram uma diferença marginalmente significativa entre os dois grupos, sendo que as jovens não institucionalizadas percebem este

tipo de apoio de forma mais efetiva. Tanto nos outros apoios considerados (financeiro, instrumental, acesso a novos contactos, técnico e companhia) como na frequência de contatos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. As jovens inquiridas sentiam-se capazes de fornecer muito apoio, algo que foi evidente pelos níveis de reciprocidade encontrados. Na multidimensionalidade dos vínculos, encontrou-se uma diferença marginalmente significativa entre os dois grupos, verificando-se que o número de apoios simultâneos disponibilizados pelas redes das jovens institucionalizadas é maior que no grupo das jovens não institucionalizadas. Em suma, os estudos parecem indicar que existem diferenças nas redes consoante a vivência da institucionalização.

### **Objetivos**

O presente estudo visa contribuir para o conhecimento do processo de institucionalização e do seu impacto no tecido social do indivíduo, complementando o estudo de Santos (2012) anteriormente referenciado, ao abordar os efeitos da institucionalização em crianças mais jovens. Foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Relacionar as características sociodemográficas e as variáveis estruturais e funcionais da rede, com o objetivo de perceber se existem diferenças significativas entre grupos.
2. Caracterizar as redes sociais pessoais das crianças institucionalizadas e não institucionalizadas em termos estruturais e funcionais;
3. Realizar análises comparativas entre as redes dos dois grupos mencionados nas suas dimensões estruturais e funcionais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

### **Participantes**

Tendo em conta o carácter comparativo deste estudo, os participantes foram distribuídos por dois grupos: 1. Grupo Institucionalizado (GI) (crianças em acolhimento institucional); 2. Grupo Não Institucionalizado (GNI) (crianças que residem com a sua família). A seleção dos participantes desta amostra teve em consideração a faixa etária dos seis anos aos doze anos de idade (inclusive) ( $\bar{x}=8,33$ ;  $DP=1,91$ ). O método de amostragem foi por conveniência e bola-de-neve. Os sujeitos do GI foram identificados em centros de acolhimento temporário (CAT) e aqueles a incluir no GNI foram identificados em centros de atividades de tempos livres (CATL). Para além destes critérios, foi definido como critério de inclusão não serem

portadores de deficiência ou perturbação desenvolvimental que invalidasse a aplicação dos instrumentos. A amostra foi maioritariamente recolhida nos distritos de Aveiro e Coimbra. O número de participantes foi de 75 (27 em acolhimento institucional e 48 a residirem com a sua família). O tempo mínimo apurado de permanência em contexto institucional foi de 2 meses e o máximo de 44 meses ( $\bar{X}=16,26$ ;  $DP=9,93$ ), sendo que a maioria das crianças estava nesta situação em função da negligência parental (51,9%), 3,7% por violência física doméstica, 7,4% por violência sexual doméstica e 3,7% por incapacidade da família para tomar conta da criança e 33,3% com outros motivos como abandono ou então o conjunto de mais do que um motivo mencionado. Apenas 5 sujeitos dos 27 institucionalizados tinham sofrido uma institucionalização prévia (18,5%). Do total de crianças institucionalizadas ( $n=27$ ), apenas uma delas não tem irmãos, sendo que 23 crianças apresentam irmãos na mesma instituição (85,2%), com uma média de 1,15 ( $DP=0,36$ ). Relativamente às visitas dos familiares, 23 dos indivíduos recebe visitas (85,2%) na sua maioria de periodicidade quinzenal (47,6%). A análise da distribuição por sexo aponta para uma proporção do sexo feminino superior à do masculino (43=57,3% vs. 32=42,7%). Relativamente às habilitações literárias, tanto no GI como no GNI, a maioria dos indivíduos frequenta o primeiro ciclo (59=78,7%), verificando-se que a maioria dos respondentes, de ambos os grupos, reside em meio rural (53=70,7%). No que concerne ao estado civil, no GI a maioria dos progenitores encontram-se separados (11=40,7%) e no GNI encontram-se casados (30=62,5%), verificando-se, no total das duas subamostras, a predominância do estado civil “casado” (34=45,3%). As crianças em acolhimento institucional provêm de famílias monoparentais (13=48,1%), famílias constituídas por apenas um dos progenitores, enquanto as crianças que habitam com a sua família advêm, na sua maioria, de famílias nucleares (30=62,5%), constituídas pelos progenitores e seus filhos. Relativamente à situação profissional dos progenitores, no GI, verifica-se uma maior prevalência da presença de desemprego (74,1%) e no GNI a maioria assinala ausência de desemprego no agregado familiar (87,5%). Relativamente às habilitações literárias dos progenitores, no GI 33,3% das mães frequentaram o 1º ciclo e no GNI 33,3% frequentaram o 3º ciclo (inclusive); no GI o pai varia entre o sem nível de escolaridade (4=14,8%) e o 1º ciclo (4=14,8%) e no GNI o pai frequentou o 2º ciclo (17=35,4%) (inclusive). Os rendimentos da família foram categorizados por classes, sendo que no GI a maioria aufere valores <500€ (15=55,6%) e no GNI a maioria apresenta valores entre os 500€-1000€ (14=29,2%).

Tabela 2.

*Caraterísticas demográficas da amostra*

	GI (n=27)		GNI (n=48)		Total (n=75)	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sexo</b>						
Masculino	11	40,7	21	43,8	32	42,7
Feminino	16	59,3	27	56,3	43	57,3
<b>Escolaridade</b>						
1º Ciclo	18	66,7	41	85,4	59	78,7
2º Ciclo	9	33,3	7	14,6	16	21,3
<b>Meio de origem</b>						
Urbano	3	11,1	13	27,1	16	21,3
Rural	24	88,9	29	60,4	53	70,7
Não Sabe/Não Responde	0	0,0	6	8,0	6	8,0
<b>Situação conjugal dos pais</b>						
Casados	4	14,8	30	62,5	34	45,3
União de Facto	3	11,1	4	8,3	7	9,3
Divorciado	2	7,4	8	16,7	10	13,3
Separado	11	40,7	2	4,2	13	17,3
Solteiro	5	18,5	4	8,3	9	12,0
Viúvo	1	3,7	0	0,0	1	1,3
Não Sabe/Não Responde	1	3,7	0	0,0	1	1,3
<b>Tipo de Família</b>						
Família nuclear	7	25,9	30	62,5	37	49,3
Família alargada	2	7,4	5	10,4	7	9,3
Família monoparental	13	48,1	8	16,7	21	28,0
Família reconstituída	5	18,5	2	4,2	7	9,3
Não Sabe/Não Responde	0	0,0	3	6,3	3	4,0
<b>Situação profissional</b>						
Presença de desemprego	20	74,1	5	10,4	25	33,3
Ausência de desemprego	5	18,5	42	87,5	47	62,7
Não Sabe/Não Responde	2	7,4	1	2,1	3	4,0
<b>Nível de escolaridade mãe</b>						
Sem nível de escolaridade	2	7,4	0	0,0	2	2,7
Básico 1º Ciclo	9	33,3	3	6,3	12	16,0
Básico 2º Ciclo	2	7,4	8	16,7	10	13,3
Básico 3º Ciclo	2	7,4	16	33,3	18	24,0
Secundário	0	0,0	13	27,1	13	17,3
Superior	0	0,0	7	14,6	7	9,3
Não Sabe/Não Responde	12	44,4	1	2,1	13	17,3
<b>Nível de escolaridade pai</b>						
Sem nível de escolaridade	4	14,8	0	0,0	4	5,3
Básico 1º Ciclo	4	14,8	2	4,2	6	8,0
Básico 2º Ciclo	0	0,0	17	35,4	17	22,7
Básico 3º Ciclo	2	7,4	11	22,9	13	17,3
Secundário	0	0,0	13	27,1	13	17,3
Superior	0	0,0	2	4,2	2	2,7
Não Sabe/Não Responde	17	63,0	3	6,3	20	26,7
<b>Rendimento por classes</b>						
< 500 €	15	55,6	11	22,9	26	34,7
500 € - 1000 €	9	33,3	14	29,2	23	30,7
1000 € - 2000 €	0	0,0	13	27,1	13	17,3
> 2000 €	0	0,0	5	10,4	5	6,7
Não Sabe/Não Responde	3	11,1	5	10,4	8	10,7

N (número de indivíduos); GI (Grupo Institucionalizado); GNI (Grupo Não Institucionalizado); % (Frequência de casos)

## **Instrumentos**

No presente estudo foram utilizados o Mapa de Rede e o Instrumento de Análise das Redes Sociais Pessoais de Crianças e Jovens adaptado do Instrumento de Análise das Redes Sociais Pessoais para Adultos de Guadalupe (2000) e Alarcão e Sousa (2007). Para além destes dois instrumentos, foi construído um questionário sobre dados pessoais e familiares a ser preenchido ou pelo investigador (nos casos das crianças institucionalizadas) ou pelos responsáveis pelo menor (no caso das crianças não institucionalizadas). Relativamente aos dois primeiros instrumentos foram realizadas as seguintes adaptações: adequação da linguagem à faixa etária da população alvo; no IARSP foram eliminadas algumas variáveis (particularmente ao nível dos apoios prestados de aconselhamento, apoio financeiro e regulação social); no mapa de rede optou-se pela utilização de cores no seu preenchimento e a sua autoadministração em formato lúdico (apresentado como um jogo). Foi realizado um pré-teste com 4 crianças com idades entre 6 e 10, para aferir da adequação dos instrumentos e das questões a essa faixa etária, não tendo sido efectuadas alterações adicionais, para além das já referenciadas.

### *Mapa de Rede*

O mapa de rede é um instrumento de avaliação da rede social pessoal do indivíduo, que permite o registo organizado e sistematizado da informação relativa ao conjunto de relações que o sujeito percebe como significativas, diferenciando-as da sociedade (Sluzki, 1996). A sua configuração circular apresenta uma composição ou distribuição da rede baseada em quatro quadrantes: a família, as amizades, as relações laborais ou escolares (colegas) e as relações comunitárias (Guadalupe, 2010). A elaboração do mapa pressupõe a sinalização de todas as pessoas significativas que o sujeito destaca, independentemente de com essa pessoa manter uma relação positiva ou negativa. Os membros da rede são listados primeiramente para depois serem distribuídos pelo mapa, nos respetivos campos relacionais (família, amigos, vizinhos, relações escolares e com técnicos) e círculos de proximidade (muita, alguma, ou nenhuma proximidade), permitindo uma análise da proximidade estabelecida entre os membros da rede e a criança. A sinalização das pessoas significativas é efetuada mediante a seguinte questão: “Quais são as pessoas muito importantes na tua vida, que tu gostas muito e queres que façam parte deste mapa que te falei?” Foram disponibilizadas quatro cores diferentes para serem inscritos os elementos identificados pela criança como significativos: vermelho para o campo “família”, azul para “amigos”, verde para “escola”, que engloba tanto auxiliares, como colegas e professores, e o preto para o campo “vizinhos e

comunidade; relações com serviços sociais e serviços de saúde”. Para determinar a densidade da rede, foram ligadas as pessoas que se conhecem com a cor laranja. Por fim, todas as crianças foram questionadas sobre o que mudariam na sua rede, havendo apenas duas respostas positivas, uma com alteração de pessoas de campo relacional e outra onde era feita a troca a nível da proximidade relacional. Em resumo, o Mapa de Rede permitiu recolher informação sobre o tamanho da rede, composição, proximidade relacional e densidade (quais as pessoas que se conhecem entre si).

#### *IARSP (Instrumento de Análise das Redes Sociais Pessoais)*

O IARSP é um instrumento multidimensional que permite recolher informação acerca da rede social pessoal do respondente. É constituído por uma série de itens que permitem avaliar e caracterizar a rede nos seus aspetos funcionais, estruturais e atributos do vínculo relacional (Guadalupe, 2000). Após a identificação das pessoas que são significativas na sua vida, os elementos da rede são inscritos num dos campos relacionais (e.g. família ou amigos), sendo que, no caso da família, é especificado o grau de parentesco. Posteriormente o sujeito caracteriza as pessoas significativas identificadas quanto à sua idade, frequência de contactos e residência (dispersão). Finalmente, é solicitado a referenciar que tipo de apoio recebe e em que grau (1-muito, 2-algum, 3-nenhum) de cada pessoa identificada como significativa. Os apoios foram categorizados em cinco tipos: emocional, material e instrumental, informativo, companhia social e acesso a novos contactos. O entrevistado deve também referir em que grau retribui o apoio recebido a cada uma dessas pessoas mencionadas (1-muito, 2-algum, 3-nenhum), o que permite mensurar a reciprocidade das relações.

No caso do presente estudo, os elementos identificados pela criança no Mapa de Rede eram transcritos pelo investigador para a tabela do IARSP. Seguidamente, o entrevistador questionava a criança quanto às características dos membros da rede e os apoios facultados. Tratou-se, portanto, de uma aplicação heteroadministrada do IARSP. A utilização simultânea do Mapa de Rede e do IARSP prendeu-se, sobretudo, com o carácter visual do primeiro e com a possibilidade de ser a criança ela própria a desenhar com marcadores ou lápis de cores os elementos na sua rede, promovendo a motivação e suscitando o interesse das crianças na tarefa proposta pelo investigador. Por outro lado, o IARSP permitia ao investigador a recolha sistemática de informação sobre cada elemento identificado pela criança no seu mapa, facilitando o seu registo.

## **Procedimentos**

Foi solicitada autorização para a recolha de dados a quatro Centros de Acolhimento Temporário (CAT): Casa da Criança de Sangalhos; “O Aconchego” – Ação Humanitária Mão Amiga de Albergaria-A-Velha; Cáritas Diocesana de Aveiro – Centro de Acolhimento Infantil; Lar de Infância e Juventude (LIJ) - Casa de Infância Doutor Elycio de Moura. O mesmo procedimento foi realizado junto de quatro Centros de Atividades e Tempos Livres (CATL): Arca do Botaréu; Liga dos Amigos de Aguada de Cima (LAAC); Os Pioneiros; Casa de Sonhos de Aguada de Baixo. Com vista a aumentar o número de participantes a incluir no grupo de comparação não institucionalizado, recorreu-se ao método de amostragem em bola de neve através de contactos com famílias com filhos no espectro etário considerado para o presente estudo. Os diretores das instituições e os responsáveis legais dos menores (no caso das crianças não institucionalizadas) foram informados sobre os propósitos e procedimentos da investigação, sendo garantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. Após o consentimento dos diretores das instituições, a investigadora contactou individualmente com os participantes. O estudo foi apresentado, em geral, dando indicação dos seus objetivos e dos procedimentos necessários à participação na investigação. Foi cronometrado o tempo de aplicação dos dois instrumentos que variou entre 2 minutos e 35 minutos. Os dados foram recolhidos entre Abril de 2014 e Setembro do mesmo ano. Nas situações em que o investigador dispunha de informação (seja através dos técnicos que acompanham as crianças ou através da consulta dos seus processos individuais), procedeu-se a alterações nas respostas a “frequência de contatos”, “residência” e “idade” que não correspondiam à realidade. Foi eliminada uma pessoa da rede de uma criança por já ter falecido, e eliminados dois inquéritos por não adesão à tarefa. No caso da “densidade” foram igualmente feitas alterações mediante a consulta de informação externa, tendo alguns mapas de rede sido revistos com os menores para confirmação dos dados recolhidos.

## **Análise estatística dos dados**

Para a análise e tratamento de dados recorreu-se ao programa estatístico *IBM® SPSS® Statistics* (Versão 21).

## RESULTADOS

A descrição dos resultados do estudo encontra-se organizada em duas subsecções. Na primeira são analisadas as intersecções entre variáveis sociodemográficas e a rede social pessoal dos inquiridos. Na segunda parte são comparadas as redes sociais das crianças com/sem institucionalização, nas suas características estruturais e funcionais.

### **Redes sociais pessoais e características sociodemográficas**

Relativamente à variável idade, verificou-se uma correlação positiva com a reciprocidade total. Com o aumento da idade aumenta também a retribuição do apoio pelo sujeito central ( $\rho = 0,241$ ;  $p = 0,037$ ). Todas as outras variáveis estruturais e funcionais não apresentaram correlação estatisticamente significativa com a idade da criança.

No que respeita ao género, as redes femininas apresentam um tamanho médio de 8,65 (DP=4,74) enquanto as redes masculinas apresentam uma média de 5,75 elementos (DP=2,76). Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre género e tamanho da rede ( $U=471,000$ ;  $p=0,019$ ). Em relação às restantes características das redes sociais não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas com o género.

Relativamente à escolaridade foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas seguintes variáveis: residência (dispersão geográfica), apoio emocional total, reciprocidade total.

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o nível de escolaridade e a residência dos elementos da rede ( $U=313,000$ ;  $p=0,039$ ). Os sujeitos que frequentam o primeiro ciclo apresentam uma média de dispersão geográfica de 2,96 (DP=1,07) enquanto no segundo ciclo apresentam uma média de 3,66 (DP=1,06). Pode-se perceber que com o aumento da escolaridade as pessoas da rede são identificadas como estando mais distantes do sujeito central.

Os sujeitos que frequentam o primeiro ciclo apresentam um apoio emocional total da rede superior aos que frequentam o segundo ciclo ( $M=1,21$ ; DP=0,27 vs.  $M=1,35$ ; DP=0,29), sendo esta diferença estatisticamente significativa ( $U=311,500$ ;  $p=0,032$ ).

De forma similar, no primeiro ciclo os sujeitos percebem-se como mais recíprocos em relação aos elementos da sua rede, comparativamente com os do segundo ciclo ( $M=1,14$ ; DP=0,26 vs.  $M=1,31$ ; DP=0,31), sendo esta diferença estatisticamente significativa ( $U=285,000$ ;  $p=0,009$ ).

Em relação às outras variáveis de rede, tanto estruturais como funcionais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas com o nível de escolaridade.

Verificou-se a ausência de diferenças estatisticamente significativas nas variáveis estruturais e funcionais consoante o meio de origem da família da criança (rural vs. urbano).

Relativamente à situação conjugal dos pais, e para efeitos de análise estatística, como alguns grupos mencionam ter poucos elementos (por exemplo, apenas um indivíduo refere pai/mãe como sendo viúvo) procedeu-se ao agrupamento de algumas situações conjugais. Assim, definiram-se três grupos: Casados/União de Facto; Divorciado/Separado; Solteiro/Viúvo.

A situação conjugal dos pais apresenta diferenças estatisticamente significativas relativamente à variável residência ( $H=7,181$ ;  $p=0,028$ ), apoio material total ( $H=6,938$ ;  $p=0,031$ ) e densidade ( $H=12,079$ ;  $p=0,002$ ).

A residência dos elementos da rede no grupo Casados/União de Facto apresenta uma média de 2,86 (DP=1,06), no grupo Solteiro/Viúvo apresenta uma média de 3,25 (DP=0,86), e no Divorciado/Separado verifica-se uma média de 3,63 (DP=1,12). Constata-se que na presença de pais casados ou em união de facto há uma menor dispersão geográfica dos elementos da rede, sendo que os sujeitos com pais separados/divorciados apresentam as redes com maior dispersão geográfica. Em relação ao apoio material total, o grupo de crianças cujos pais estão casados/união de facto apresenta uma média de 1,56 (DP=0,56); no grupo das crianças com pais divorciados/separados verifica-se uma média de 1,94 (DP=0,55) e no grupo solteiro/viúvo a média é de 1,52 (DP=0,39). Percebe-se que o apoio material é percebido como mais eficaz no grupo de crianças com o(a) progenitor(a) solteiro/viúvo. No caso da densidade, no grupo das crianças com progenitores casados/união de facto verifica-se uma média de 0,69 (DP=0,24), no grupo com pais divorciados/separados a média é de 0,77 (DP=0,25) e o grupo com o progenitor solteiro/viúvo apresenta uma média de 0,38 (DP=0,22). Verifica-se que as redes são mais densas no grupo divorciado/separado, diminuindo o valor quando os progenitores se encontram casados/juntos. Contudo, ambas são redes coesas (valor da densidade entre 0,66 e 1). A densidade atinge os valores mais baixos quando os progenitores são solteiros ou viúvos, sendo que estas crianças revelam redes dispersas (valor de densidade entre 0,33 e 0,66).

Nas restantes variáveis estruturais e funcionais da rede não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas com a situação conjugal dos progenitores.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas variáveis da rede consoante o tipo de família a que as crianças pertencem. Relativamente à situação profissional dos familiares, verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas com as

seguintes variáveis da rede: residência (dispersão geográfica); frequência de contactos; peso do quadrante dos vizinhos e dos técnicos.

Quando há a presença de desemprego no agregado, os valores da dispersão geográfica assumem uma média de 3,68 (DP=1,09); no caso da ausência de desemprego no agregado verifica-se uma média de dispersão geográfica de 2,80 (DP=1,00). Percebe-se que quando ambos os progenitores trabalham há uma menor dispersão geográfica, sendo esta diferença estatisticamente significativa (U=540,000; p=0,001).

No âmbito da frequência de contactos, com a presença de desemprego no agregado atinge-se uma média de 2,39 (DP=0,88) e na ausência de desemprego encontra-se uma média de 1,90 (DP=0,59). Quando ambos os progenitores se encontram a exercer alguma profissão, mais frequentes são os contatos com os elementos da rede, havendo significância estatística nesta diferença (U=395,000; p=0,023).

Relativamente à composição da rede, e em específico ao peso dos vizinhos na rede, com a presença de desemprego no agregado encontra-se uma média de 0,013 (DP=0,052) e na ausência de desemprego uma média de 0,056 (DP=0,085). Constata-se que, se ambos os progenitores trabalharem, a proporção de elementos da vizinhança é superior na rede (U=424,000; p=0,013). Relativamente ao peso dos técnicos da rede, na presença de desemprego no agregado a média é de 0,13 (DP=0,22) e na ausência de desemprego a média é de 0,01 (DP=0,02). Percebe-se que há uma diminuição da proporção de técnicos nas redes da criança com a ausência de desemprego e quando existem elementos desempregados na família há tendência a uma maior inclusão de elementos técnicos na rede social (U=351,000; p=0,000).

Em relação às restantes variáveis estruturais e funcionais, não foram encontradas outras diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de crianças com/sem desemprego no agregado familiar.

Relativamente às classes de rendimentos familiares foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no apoio emocional total (H=10,482; p=0,02). Quando os rendimentos são compreendidos entre <500€ a média de apoio emocional é de 1,19 (DP=0,26); entre 500€-1000€ a média de apoio emocional é de 1,37 (DP=0,24); entre 1000€-2000€ a média de apoio emocional é de 1,15 (DP=0,20); >2000€ o apoio emocional apresenta uma média de 1,23 (DP=0,24). Embora se revelem diferenças significativas neste parâmetro, não foi possível identificar uma relação clara entre rendimentos e apoio emocional da rede. As restantes variáveis estruturais e funcionais não apresentam diferenças estatisticamente significativas com os rendimentos por classes.

### Redes sociais pessoais e institucionalização

Na análise comparativa, tanto das características estruturais de composição e proximidade, como nas funcionais de apoio emocional, instrumental, informativo, companhia social, acesso a novos contatos e reciprocidade, foi considerada não apenas a média total da rede, como também as médias por quadrante (família, amigos, vizinhos, escola e técnicos). Relativamente à variável densidade, esta foi categorizada em três grupos: redes dispersas (valor de densidade entre 0,00 e 0,33), redes fragmentadas (valor de densidade entre 0,33 e 0,66) e redes coesas (valor de densidade entre 0,66 e 1).

Neste estudo da relação entre rede social pessoal e institucionalização, abordaremos primeiramente as variáveis estruturais.

Tabela 3.

*Caraterísticas estruturais das redes sociais pessoais (médias, desvios-padrões e teste U de Mann-Whitney)*

	GI		GNI		Teste U	
	M	DP	M	DP	U	P
Tamanho	6,81	3,88	7,75	4,44	578,000	0,44
Heterogeneidade/Homogeneidade	2,22	1,22	2,79	1,11	472,500	0,05*
Composição da rede						
Peso da família	0,62	0,35	0,55	0,27	566,500	0,37
Peso dos amigos	0,18	0,24	0,22	0,21	558,500	0,31
Peso dos vizinhos	0,00	0,02	0,07	0,10	409,500	0,00*
Peso das relações escolares	0,12	0,3	0,15	0,17	495,500	0,07
Peso dos técnicos	0,12	0,22	0,01	0,03	445,000	0,00*
Proximidade relacional da rede (total)	1,45	0,55	1,30	0,27	622,500	0,78
Proximidade da família	1,35	0,56	1,21	0,31	550,000	0,74
Proximidade dos amigos	1,49	0,53	1,34	0,40	207,000	0,37
Proximidade dos vizinhos	1,00	.	1,50	0,52	5,500	0,43
Proximidade das relações escolares	1,91	0,95	1,50	0,52	109,500	0,37
Proximidade dos técnicos	1,15	0,34	1,60	0,55	13,500	0,09
Frequência de Contatos	2,46	0,89	1,81	0,5	349,500	0,00**
Dispersão Geográfica	3,86	1,08	2,69	0,86	248,500	0,00**
Densidade	0,68	0,32	0,68	0,23	637,500	0,91

\*p<0,05 \*\*p<0,01 GI(Grupo Institucionalizado) GNI(Grupo não Institucionalizado) M(Média) DP(Desvio-Padrão) U(Teste U-Mann-Whitney)

O tamanho médio das redes sociais pessoais do grupo institucionalizado revelou-se inferior ao do grupo não institucionalizado ( $\bar{X}=6,81$  vs.  $\bar{X}=7,75$ ), embora a diferença não seja estatisticamente significativa. Em relação à heterogeneidade da rede, o valor médio de quadrantes (campos relacionais) presentes na rede foi de 2,22 (DP=1,22) para o GI e de 2,79 (DP=1,11) para o GNI verificando-se assim uma tendência para as redes das crianças em acolhimento institucional, serem mais homogêneas, com diferenças estatisticamente

significativas entre os dois grupos ( $U=472,500$ ;  $p=0,05$ ). Relativamente à composição das redes verifica-se que o quadrante da família apresenta maior peso nas redes sociais pessoais dos indivíduos institucionalizados ( $\bar{x}=0,62$ ), comparativamente aos indivíduos não institucionalizados ( $\bar{x}=0,55$ ). No entanto, esta diferença não é estatisticamente significativa ( $U=566,500$ ;  $p=0,37$ ). A proporção de amigos é superior no GNI ( $\bar{x}=0,22$ ) e de relações escolares também ( $\bar{x}=0,15$ ). No caso dos vizinhos e embora o seu peso seja reduzido em ambos os grupos, há diferenças estatisticamente significativas entre GI e GNI ( $U=409,500$ ;  $p=0,00$ ), sendo o grupo não institucionalizado o que apresenta maior proporção de vizinhos ( $\bar{x}=0,07$ ;  $DP=0,10$ ). Os sujeitos do GI a apresentarem uma proporção de vizinhos praticamente nula, revelando comprometimento da integração ao nível comunitário. O peso dos técnicos é superior no grupo institucionalizado ( $\bar{x}=0,12$ ;  $DP=0,22$ ), verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ( $U=445,000$ ;  $p=0,00$ ). Os elementos da rede do grupo institucionalizado vivem, tendencialmente, entre a mesma cidade e uma cidade/país diferente ( $\bar{x}=3,86$ ), em comparação ao grupo não institucionalizado, que vive entre a mesma casa e a mesma terra ( $\bar{x}=2,69$ ), havendo uma maior acessibilidade dos elementos da rede. Relativamente a esta variável, verifica-se que os dois grupos diferem significativamente ( $U=248,500$ ;  $p=0,00$ ). Relativamente à frequência de contactos, as crianças não institucionalizadas tendem a estar com os elementos da sua rede, ou diariamente ou algumas vezes por semana ( $\bar{x}=1,81$ ). Já as crianças em acolhimento institucional apresentam uma menor frequência de contatos com os elementos da sua rede, entre algumas vezes por semana e semanalmente ( $\bar{x}=2,46$ ), verificando-se diferenças significativas neste parâmetro entre ambos os grupos ( $U=349,500$ ;  $p=0,00$ ). A densidade das redes de ambos os grupos apresenta uma média de 0,68. Este valor posiciona as redes das crianças de ambos os grupos na categoria coesa (valores entre 0,66 e 1), mas com alguma tendência à fragmentação.

As características funcionais dizem respeito à perceção de apoio recebido (e facultado), o qual foi caracterizado em três níveis: 1-Muito, 2-Algum e 3-Nenhum. A tabela 3 resume os principais resultados obtidos na dimensão funcional das redes.

Tabela 4.

*Caraterísticas funcionais das redes sociais pessoais (médias, desvios-padrões e teste U de Mann-Whitney)*

	GI		GNI		Teste U	
	M	DP	M	DP	U	P
<b>Apoio emocional</b> da rede	1,21	0,29	1,25	0,27	559,000	0,31
Família	1,15	0,29	1,18	0,29	528,500	0,52
Amigos	1,31	0,42	1,26	0,35	222,000	0,69
Vizinhos	1,00	.	1,59	0,70	5,00	0,37
Relações escolares	1,58	0,82	1,44	0,48	138,500	0,96
Técnicos	1,00	0,00	1,40	0,55	15,000	0,04*
<b>Apoio instrumental</b> da rede	1,84	0,68	1,55	0,46	507,000	0,12
Família	1,86	0,73	1,43	0,39	407,500	0,04*
Amigos	1,76	0,72	1,67	0,64	224,500	0,75
Vizinhos	2,00	.	2,26	0,77	7,00	0,60
Relações escolares	1,98	0,90	1,62	0,67	112,000	0,34
Técnicos	1,28	0,51	2,00	1,00	14,000	0,13
<b>Apoio informativo</b> da rede	1,64	0,63	1,5	0,42	602,00	0,61
Família	1,62	0,64	1,34	0,33	446,000	0,11
Amigos	1,56	0,74	1,68	0,68	206,500	0,46
Vizinhos	1,00	.	2,18	0,84	2,500	0,2
Relações escolares	1,70	0,82	1,63	0,72	137,500	0,93
Técnico	1,35	0,58	1,40	0,55	23,500	0,83
<b>Companhia social</b> da rede	1,36	0,52	1,21	0,20	646,500	0,99
Família	1,27	0,44	1,14	0,21	540,500	0,63
Amigos	1,53	0,65	1,27	0,43	203,000	0,39
Vizinhos	1,00	.	1,47	0,68	6,00	0,45
Relações escolares	1,39	0,7	1,42	0,54	110,500	0,55
Técnicos	1,10	0,32	1,80	0,84	12,000	0,04*
<b>Acesso a novos contactos</b> da rede	1,75	0,62	1,68	0,55	622,000	0,77
Família	1,68	0,75	1,58	0,61	550,000	0,76
Amigos	1,75	0,68	1,64	0,67	210,500	0,52
Vizinhos	3,00	.	2,25	0,72	4,000	0,29
Relações escolares	1,78	0,66	1,90	0,8	130,000	0,73
Técnicos	1,60	0,75	2,00	1,00	19,500	0,48
<b>Reciprocidade</b> da rede	1,25	0,37	1,14	0,19	541,000	0,21
Família	1,22	0,43	1,07	0,15	510,000	0,3
Amigos	1,33	0,41	1,13	0,26	173,500	0,07
Vizinhos	1,50	0,71	1,57	0,7	19,500	0,95
Escola	1,39	0,7	1,32	0,44	122,500	0,89
Técnicos	1,18	0,37	1,60	0,55	13,500	0,09

\*p<0,05 M(Média) DP(Desvio-Padrão) GI(Grupo Institucionalizado) GNI(Grupo não Institucionalizado)

As crianças institucionalizadas percebem o apoio emocional total de forma mais efetiva do que as crianças não institucionalizadas, embora não se verifiquem diferenças significativas (U=559,000; p=0,31). Relativamente ao apoio emocional pelos elementos da família, as crianças em acolhimento institucional percebem-no como mais positivo ( $\bar{X}$ =1,15; DP=0,29), não diferindo os dois grupos significativamente (U=528,500; p=0,52). Percebem também como mais efetivo o apoio emocional dos técnicos, mas aqui já são verificadas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (U=15,000; p=0,04). As crianças que

residem com a sua família revelam sentir o apoio emocional dos amigos ( $\bar{x}=1,26$ ;  $p=0,35$ ) e das relações escolares ( $\bar{x}=1,44$ ;  $p=0,48$ ) como mais positivo, não havendo contudo diferenças entre os dois grupos ( $U=220,000$ ;  $p=0,69$  e  $U=1,38,500$ ;  $p=0,96$ ).

O apoio instrumental facultado pela família é sentido como mais eficaz pelas crianças não institucionalizadas ( $M=1,43$ ;  $p=0,39$ ), verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ( $U=407,500$ ;  $p=0,04$ ).

Tanto no apoio informativo, como no acesso a novos contatos, os apoios percebidos são sentidos como oscilando entre algum e muito, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Importa referenciar que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente à companhia social no grupo institucionalizado que a percebe como mais positiva no quadrante dos técnicos ( $U=12,000$ ;  $p=0,04$ ), não se revelando diferenças na companhia prestada pelos restantes campos relacionais.

As redes sociais pessoais das crianças que residem com a sua família tendem a ser mais recíprocas ( $\bar{x}=1,14$ ;  $DP=0,19$ ) do que as redes sociais pessoais das crianças em acolhimento institucional ( $\bar{x}=1,25$ ;  $DP=0,37$ ), não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos estudados ( $U=541,000$ ;  $p=0,21$ ). Assim, todos os sujeitos sentem-se capazes de retribuir o apoio que consideram receber.

Em resumo, apenas o apoio emocional total é percebido como mais eficaz pelas crianças em acolhimento institucional, uma vez que nos restantes apoios, os resultados tendem a ser positivos no grupo das crianças não institucionalizadas, que residem com a sua família.

Foi ainda abordada a relação entre tempo de institucionalização e as variáveis de rede. A única correlação significativa encontrada foi com o peso da família na rede e de sentido negativo ( $\rho = -0,429$ ;  $p = 0,025$ ). Assim, é possível constatar que com o aumento do período de institucionalização, a rede não parece sofrer alterações significativas em nenhuma variável, com exceção do papel da família que parece decrescer.

## **DISCUSSÃO E CONCLUSÕES**

A discussão dos resultados visa aprofundar o conhecimento acerca das redes sociais pessoais de crianças, dando especial destaque à comparação entre crianças em acolhimento institucional e as que residem com a sua família.

Relativamente às diferenças encontradas entre nas variáveis das redes sociais pessoais consoante as características demográficas, percebeu-se que com o aumento da idade também a retribuição do apoio pelo sujeito central é mais positiva. Poder-se-ia hipotetizar que com o aumento da idade e com a aquisição de competências pessoais ao longo do desenvolvimento a reciprocidade seria facilitada/fomentada, mas neste estudo verificou-se igualmente que comparativamente ao segundo ciclo, os inquiridos mais novos que frequentam o primeiro ciclo, se sentem como mais recíprocos. Para além destes dados potencialmente contraditórios, não foram encontrados dados na literatura que permitam uma análise comparativa.

De acordo com Sluzki (1996) o tamanho da rede pode estar associado à idade dos sujeitos, sofrendo alterações de acordo com as situações de vida próprias de cada faixa etária. Ainda segundo Sluzki (1996), com a entrada na escola primária (e com a subsequente passagem para o ensino secundário) dá-se uma expansão da rede social. Nesta investigação não se verificou um aumento do tamanho da rede entre o primeiro e segundo ciclo, mas sim um aumento da dispersão geográfica, com o sujeito central a relacionar-se com pessoas mais distantes de si. Os resultados obtidos neste estudo podem assim complementar a hipótese do trajecto evolutivo da rede centrado na variável tamanho. Com a passagem do primeiro para o segundo ciclo há um aumento da dispersão da rede, que eventualmente se pode dever à localização das escolas. Nas escolas do primeiro ciclo, as crianças tendem a lidar com indivíduos que habitam relativamente perto de si, sendo que a transição para outro ciclo de estudos poderá implicar a frequência de outra escola, que agrega alunos de localizações geográficas mais distantes, permitindo ao sujeito a expansão da rede, não ao nível do tamanho, mas sim ao nível do seu alcance geográfico. No entanto, verificou-se uma relação positiva entre género da rede e tamanho, pois quanto mais feminina for a rede, maior número de elementos significativos são identificados. Relativamente ao apoio emocional total, foi observado que este seria superior nas crianças que frequentam o primeiro ciclo, no entanto, não foram encontrados estudos que confirmassem esta associação, pelo que investigações subsequentes poderão focar esta variável. Uma hipótese avançada será que os laços estabelecidos no ensino primário, por exemplo com o professor, possam determinar níveis de apoio emocional mais elevados do que no ensino de segundo ciclo, em que o maior número de professores e um contacto menos frequente com os mesmos, pode deter implicações ao nível do apoio sentido.

Num cenário de pais separados/divorciados observou-se, também, um aumento da dispersão geográfica, ou seja, um contacto com pessoas tendencialmente mais afastadas do indivíduo. Como refere Sluzki (1996), em situações de crise pode ocorrer uma rutura da rede social

(Sluzki, 1996) onde vão ser potenciadas novas relações sociais, o que pode explicar a maior dispersão com o divórcio ou separação. Adicionalmente, com a separação/divórcio existe regularmente o afastamento de um dos progenitores que sai da casa de família, mas que eventualmente continua a figurar na rede social pessoal da criança, contribuindo para o aumento da dispersão geográfica. As crianças cujos progenitores se enquadram na categoria solteiro/viúvo, percebem maiores níveis de apoio material. Em casos de pais separados verificam-se redes mais densas, não tendo sido encontrados elementos na literatura que auxiliem na interpretação destes resultados. No que concerne à situação profissional, quando os progenitores trabalham há uma menor dispersão dos elementos da rede e maior frequência de contactos. Perante a presença de desemprego na família, ocorre uma maior inclusão de técnicos na rede social, pois devido a dificuldades que possam surgir e a necessidade de determinados apoios de âmbito social/técnico, os técnicos podem funcionar como moderadores dos efeitos negativos do desemprego. Esta presença de novos elementos na rede social pode condicionar por seu turno o aumento da dispersão. O desemprego origina uma crise familiar que vai interferir com a rotina da própria família (Sobral, Gonçalves & Coimbra, 2009), e esta questão do desemprego na família poderá ser mais premente nas famílias monoparentais. Na presente investigação as crianças institucionalizadas residem na sua maioria apenas com um dos progenitores (família monoparental), e segundo Attar-Schwartz (2009), em estudos onde eram analisadas as características familiares de crianças em instituição com idades compreendidas entre os 6 e os 20 anos, também se verificou uma elevada percentagem de crianças que provinham de famílias monoparentais.

Neste estudo, o peso da família nas redes sociais pessoais de ambos os grupos assume os valores mais elevados, um resultado que suporta a consideração da família como a primeira rede de apoio social (Sluzki, 1996). A proporção da família é maior nas redes das crianças institucionalizadas, podendo tal ser explicado através da visão idealizada que estas fazem da sua família (Mota & Matos, 2010), isto apesar de a instituição dever sempre preservar os vínculos familiares. A entrada em meio institucional proporciona um leque de novas relações, onde os profissionais/adultos, que interagem com a criança, se constituem como figuras de referência (Mota & Matos, 2008). Apesar de esta entrada apresentar risco, a vida em grupo, aliada a um ambiente estável, estimulam a aquisição de competências e o desenvolvimento de valores sociais. Verificou-se que o peso dos técnicos é mais representativo no grupo institucionalizado, apresentando diferenças significativas com o grupo não institucionalizado, revelador do corte com a rede de suporte até aí existente e da reformulação da rede. Maré e Spencetta (2010) afirmam que a promoção de relações positivas no contexto residencial, pode

conduzir à sua transposição para a sociedade e relação com os outros. Os dados revelam ainda que os técnicos têm um papel importante na prestação de apoio emocional e companhia social às crianças institucionalizadas. De acordo com o estudo de Teixeira (2011) que avaliou o papel das fratrias nas redes sociais pessoais de crianças e jovens institucionalizados, com idades compreendidas entre os 10 e 24 anos de ambos os sexos, a instituição é o segundo grupo em que as crianças em acolhimento institucional identificam mais pessoas significativas. Também num estudo de Siqueira e Dell'Aglio (2010), que avaliava as características de jovens institucionalizados e suas famílias, onde os participantes tinham idades entre os 7 e os 16 anos, os membros da instituição eram referidos como os mais presentes e com contatos de maior proximidade. Estes dados revelam o papel que os técnicos podem deter na vida das crianças, em particular na prestação de apoio emocional e companhia.

Importa ainda sublinhar que os vizinhos assumem menor relevância nas redes das crianças institucionalizadas. Segundo Goswami (2011), o comprometimento com as pessoas adultas da vizinhança, proporciona às crianças um sentimento de pertença à comunidade, adotando um papel social que lhes configura um sentido de identidade e valor para com a mesma. Nesse sentido, os processos de construção identitária, associados à pertença comunitária, podem estar comprometidos no caso da institucionalização, onde a ausência de pessoas no quadrante dos vizinhos pode indicar a frágil interação com a comunidade na vida destas crianças.

Relativamente ao tamanho da rede, percebe-se que as redes do grupo não institucionalizado são maiores que as redes do grupo institucionalizado, mas não diferem significativamente, o que encontra correlato na literatura (Bravo & Dell Valle, 2003). Segundo a tipologia de tamanho de rede proposta por Alarcão e Sousa (2007), as redes dos dois grupos podem ser consideradas redes de tamanho médio, pois variam entre 6 e 11 membros. Segundo Sluzki (1996) as redes de tamanho médio são mais efetivas que as pequenas e as bastante numerosas. Este resultado contraria os dados da investigação de Santos (2012), que verificou que as redes dos indivíduos em acolhimento institucional são superiores às dos indivíduos que residem com a sua família. As crianças em acolhimento revelam maior dispersão geográfica (ou seja, menor acessibilidade da rede), o que pode afetar a efetividade da rede e o apoio oferecido, bem como a acessibilidade aos vínculos. Apresentam, também, contatos menos frequentes com os elementos da rede, o que pode diminuir a intensidade da relação (Alarcão & Sousa, 2007). Já as crianças que residem com a sua família sentem os elementos da rede mais próximos de si, mantendo contatos aproximadamente diários, e um nível de

apoio percebido mais eficaz. Estes resultados são semelhantes aos do estudo de Vicente e Sousa (2012), sobre famílias multigeracionais, onde os sujeitos pertencentes à geração mais nova, também a habitar com a família e com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos de idade, apresentam contatos muito frequentes com os elementos da rede. Também no estudo de Santos (2012) as jovens em acolhimento institucional apresentam maior dispersão que as não institucionalizadas.

De acordo com Alarcão e Sousa (2007), a maior semelhança existente entre os elementos da rede (ou seja, maior homogeneidade) pode proporcionar um suporte mais imediato. Isto acontece no grupo institucionalizado, onde se verificam redes mais homogêneas. Já no grupo não institucionalizado, as redes são mais heterogêneas, existindo vantagens ao nível da disponibilidade de recursos. As redes dos dois grupos apresentam-se como sendo coesas com tendência à fragmentação, pois são compostas por pequenos subgrupos, relativamente independentes uns dos outros, onde os contatos são pouco frequentes e a conexão limitada (Guadalupe, 2010). Também no estudo de Santos (2012) não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos (institucionalizado e não institucionalizado), com as redes de ambos a revelarem coesão e algumas a serem pontuadas pela fragmentação.

Nos apoios assegurados pela rede percebe-se que o apoio emocional total e o apoio emocional percebido por parte dos familiares são sentidos como mais positivos pelo grupo das crianças em instituição. Tais dados contrariam os resultados do estudo de Santos (2012) que nos diz que as jovens não institucionalizadas percebem o apoio emocional de forma mais efetiva do que as jovens institucionalizadas. Tal pode dever-se ao facto de a instituição continuar a manter o contato com os familiares (Calvo, 2013), mas também à idealização da família já referenciada. No estudo de Millan, Cortina, Buitrago e Mohamed (2010), foi encontrada uma correlação significativa entre institucionalização e apoio familiar, sendo que as crianças em acolhimento percebem menor apoio familiar, e em que esta percepção se relaciona com a satisfação com a própria vida. O grupo de indivíduos que residem com a sua família sente o apoio emocional mais efetivo por parte dos amigos e da escola, o que pode deter influência no processo desenvolvimental, uma vez que as relações com os amigos exercem grande impacto na formação da identidade e na constituição de estilos de vida mais saudáveis. Segundo Goswami (2011), as relações de amizade são o segundo patamar (depois das relações familiares) que mais influencia os níveis de percepção de bem-estar. Estes dados parecem ir de encontro ao que é referenciado na literatura, uma vez que os amigos aparecem,

em alguns casos, mais mencionados do que os próprios familiares, havendo a aproximação ao grupo de pares que é característica da adolescência (Gnaulati & Heine, 2001).

Os diferentes apoios fornecidos pelos técnicos, bem como a companhia social, são especialmente mais eficazes nas crianças em acolhimento residencial. Segundo Calvo (2013), os técnicos assumem um papel equivalente ao de pai e mãe, mantendo um contato mais direto e intenso com a criança. Estes sentem maior acessibilidade ao conhecimento de outras pessoas por parte dos técnicos, pois com a ausência da relação com os familiares, compensam o corte causado com a aproximação a outros elementos (Millán, et. al. 2010). O apoio instrumental percebido pelos familiares foi sentido como mais positivo pelo grupo não institucionalizado, sendo esta diferença significativa. Percebe-se que as crianças em acolhimento institucional, apesar das hipotéticas idealizações relativas à família, reconhecem que esta não os ajuda nas tarefas do dia-a-dia, nos seus desafios quotidianos.

No que respeita à reciprocidade, os participantes revelam-se capazes de retribuir o apoio recebido aos membros das suas redes, sendo que as crianças em ambiente familiar retornam esse apoio principalmente a elementos da família, escola e amigos, enquanto que as crianças em instituição se sentem mais capazes de dar apoio a elementos técnicos e a elementos da comunidade. Estes resultados vão de encontro à literatura que afirma que as crianças em acolhimento, quando motivadas por sentimentos de confiança e pertença, respondem de forma positiva e mútua à receção do apoio com os seus significativos (Mota & Matos, 2008), e segundo Alarcão e Sousa (2007) a troca de apoio está associada a relações mais fortes e de maior duração.

O acolhimento residencial é um assunto de importância, estando relacionado com o bem-estar da criança, com o seu desenvolvimento, potenciando a criação de espaços convidativos a diferentes interações, minimizando a frustração e ansiedade (Holden, 2009). A revisão da literatura revelou uma escassez de estudos sobre as redes sociais pessoais de crianças institucionalizadas. Neste sentido, importa referenciar que a conjunção do mapa de rede com o IARSP se constituiu como uma forma viável de aprofundar o conhecimento sobre a percepção do meio social por parte de crianças, contribuindo para a investigação desta temática. Ao mesmo tempo, estes dois instrumentos comportam resultados práticos que podem ser integrados numa intervenção e avaliação clínica. A introdução de uma nova forma de aplicação dos instrumentos mencionados constitui um dos principais contributos deste estudo. Foi possível constatar uma cooperação eficaz por parte das crianças, tendo estas revelado interesse e empenho na realização da tarefa. Isto pode ser comprovado pelo reduzido número de sujeitos que rejeitou ou desistiu da tarefa.

Entre as limitações do estudo, conta-se uma limitação inerente aos instrumentos em si. Como estes avaliam percepções subjectivas, são susceptíveis de enviesamento por parte do respondente, por exemplo, de idealização ou denigração de determinadas relações. Estudos subsequentes poderiam colmatar esta limitação recorrendo a questões diferentes para a geração da rede (por exemplo, em vez de perguntar “quem é significativo na tua vida”, perguntar “com quem falaste na última semana”). Outra limitação prende-se com os processos de amostragem por conveniência e bola-de-neve, que podem limitar a generalização dos resultados.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, S.G. (2008). *A saúde mental e o apoio social na família do doente oncológico*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciência Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto.
- Abreu, S. G. (2003). Programa Rede Social: Questões de Investigação em Rede Secundária. *Interações*, 5, 67-90.
- Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Rede social pessoal: Do conceito à avaliação. *Psychologica*, 44, 353-376.
- Antunes, C., & Fontaine, A. M. (2010). Adaptação de uma escala de avaliação do suporte social – NOS (Network Orientation Scale). In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A. T. Almeida, R. Cabecinhas, R. Gomes, C. Machado, A. Maia, A. Sampaio & M. C. Taveira (Eds.), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. (pp. 15-29). Recuperado de <http://www.actassnip2010.com>.
- Arteaga, A.B. & Del Valle, J.F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13, 197-204.
- Arteaga, A.B. & Del Valle, J.F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15, 136-142.
- Attar-Schwartz, S. (2009). School functioning of children in residential care: The contributions of multilevel correlates. *Child Abuse & Neglect*, 33, 429-440.
- Bos, K.; Zeanah, C.H.; Fox, N.A.; Drury, S.S.; McLaughlin, K.A. & Nelson, C.A. (2011). Psychiatric Outcomes in young children with a history of institutionalization. *Harv Rev Psychiatry*, 19, 15-24.

- Bravo, A. & Del Valle, F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes en residencias de protección. Un análisis comparativo con población normativa. *Psicothema*, 15(1), pp. 136-142.
- Cavalcante, L.L.C.; Silva, S.S.C. & Magalhães, C.M.C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Mal-Estar e Subjetividade*, 5, 1147-1172.
- Calvo, R.J.S. (2013). *SopORTE social en adolescentes institucionalizados en comparación con adolescentes no institucionalizados*. BA Tesis, Facultad de Letras y Ciencias Humanas, Universidad Católica del Perú, Lima.
- Castro, R.; Campero, L. & Hernández, B. (1997). La investigación sobre apoyo social en salud: situación actual y nuevos desafíos. *Revista Saúde Pública*, 31, 425-35.
- Cepa, C.M.A.S. (2011). *As redes sociais pessoais de crianças em acolhimento residencial – O papel dos centros de acolhimento temporário*. Dissertação de Mestrado, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Braga.
- Diário da República. (1999). Lei nº 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República - I Série A*, 204.
- Gnaulati, E. & Heine, B. J. (2001). Separation-individuation in late adolescence: an investigation of gender and ethnic differences. *Journal of Psychology*, 135(1), pp. 59-70.
- Goswami, H. (2011). Social relationships and children's subjective well-being. *Soc Indic Res*, 575-588.
- Guadalupe, S. (2010). *Intervenção rem rede: Serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Holden, M.J. (2009). *Children and residential experiences: Creating conditions for change*. (2ª edição). New York: The Child Welfare League of America.
- Litwin, H. (1995). *Uprooted in old age: Soviet Jews and their social networks in Israel*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- Martins, P.C.M. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: Representações sociais, modos e espaços*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga.
- Millán, J.M.F.; Cortina, D.D.; Buitrago, M.J.M. & Mohamed, A.H. (2010). The relationship between social support, satisfaction with life and expectations for the future in minors living in shelter care centres. *Electronic Journal of research in Educational Psychology*, 8, 643-654.

- Moré, C.L.O.O. & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22, 519-528.
- Moreira, P. & Melo, A. (2005). *Saúde mental - Do tratamento à prevenção*. Porto: Porto Editora.
- Mota, C.P. (2008). *Dimensões relacionais no processo de adaptação psicossocial de adolescentes: vulnerabilidades e resiliência em institucionalização, no divórcio e em famílias intactas*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Mota, C.P. & Matos, P.M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20, 367-377.
- Mota, C.P. & Matos, P.M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2, 245-254.
- Nestmann, F. & Hurrelmann, K. (1994). *Social networks and social support in childhood and adolescence*. Berlim: Walter de Gruyter.
- Oliver, C. (2010). *Children's views and experiences of their contact with social workers: A focused review of the evidence*. Leeds: Children's Workforce Development Council.
- Quintãns, C.; Alberto, I. & Machado, C. (2010). Era uma vez a instituição onde eu vivi: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização. *Psychologica*, 53, 329-351.
- Relvas, A. P. (2004). *O ciclo vital da família: perspetiva sistémica*. (3ª edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Roda, A.B.L. (1996). *Apoyo social: aspectos teóricos y aplicaciones*. (1ª edição). Espanha: Siglo XXI de España Editores, S.A.
- Rodrigues, V.B. & Madeira, M. (2009). Suporte social e saúde mental: revisão da literatura. *Revista da faculdade de ciências da saúde*, 6, 390-399.
- Santos, S.A. (2012). *Comparação das redes sociais pessoais de jovens institucionalizados e não institucionalizados: a relação com o grupo de amigos*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Siqueira, A.C. & Dell'Aglio, D.D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 407-415.
- Sluzki, C. E. (1996). *La red Social: Frontera de la practica sistémica*. Barcelona: Gedisa.

- Sobral, J. M.; Gonçalves, C.M. & Coimbra, J.L. (2009). A influência da situação profissional parental no desenvolvimento vocacional dos adolescentes. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10, 11-22.
- Teixeira, V.R.L.(2011). *As redes sociais pessoais de crianças e jovens institucionalizados – o papel das fratrias*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga.
- Tomaél, M.I.; Alcará, A.R. & Di Chiara, I.G. (2005). Das redes sociais à inovação. *Brasília*, 34, 93-104.
- Vicente, H.M.T. (2010). *Família multigeracional e relações intergeracionais: Perspetiva sistémica*. Dissertação de Doutoramento Secção Autónoma de Ciências da Saúde, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Vicente, H.T. & Sousa, L. (2012). Relações intergeracionais e intrageracionais: a matriz relacional da família multigeracional. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15, 99-117.
- Vilaverde, M. (2000). *Factores de risco e fatores protetores em crianças vítimas de maus-tratos a viver em instituições*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga.